

ADVOCACIA
SALZANO

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

APRESENTAÇÃO

A ADVOCACIA SALZANO está comprometida em assegurar a privacidade dos dados pessoais coletados para realização das suas atividades, bem como cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18), com o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/94) e demais regulamentos aplicáveis sobre o tratamento de Dados Pessoais.

A fim de definir processos, técnicas e medidas organizacionais adequadas ao tratamento de dados legalmente permitido, contra perda, dano e destruição acidental de Dados Pessoais, e, por fim, garantir que estes sejam devidamente protegidos, a ADVOCACIA SALZANO decidiu adotar um amplo Programa de Privacidade de Dados Pessoais, que inclui a presente **Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais**.

Quaisquer dúvidas sobre a legislação aplicável e sobre processos que envolvam o tratamento de Dados Pessoais pela ADVOCACIA SALZANO, incluindo Dados Pessoais, deverão ser direcionadas ao “DPO” ou “Encarregado de Dados”, cuja função é a supervisão da Política de Proteção de Dados, juntamente com o comitê próprio formado pelos gestores da ADVOCACIA SALZANO.

ÍNDICE

1. OBJETIVO	3
2. ESCOPO.....	3
3. DEFINIÇÕES	3
4. COLETA DOS DADOS	4
5. MEDIDAS DE GOVERNANÇA E SEGURANÇA	4
6. PRINCÍPIOS PARA O TRATAMENTO DOS DADOS	5
7. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS	6
8. FINALIDADE E BASES LEGAIS DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	6
8.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS	6
8.2 EXECUÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO	6
8.3 CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL.....	7
8.4 EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ESTÁGIO	7
8.5 EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ADVOGADOS ASSOCIADOS.....	8
9. COLETA DE DADOS DENTRO DO WEBSITE	8
9.1 COLETA DE DADOS NOS FORMULÁRIOS	8
9.2 COOKIES	8
9.2.1. COOKIES RELACIONADOS A PESQUISAS	9
9.2.2. COOKIES RELACIONADOS A FORMULÁRIOS	9
9.2.3. COOKIES DE PREFERÊNCIAS DO SITE	9
9.2.4. COOKIES DE TERCEIROS	9
10. COMPARTILHAMENTO DE DADOS COM TERCEIROS	10
11. TEMPO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS	10
12. DIREITOS DOS TITULARES	10
13. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO)	11
14. ATUALIZAÇÕES DA POLÍTICA.....	11

1.OBJETIVO

O objetivo da Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais é definir as principais regras para o Tratamento de Dados aplicáveis à ADVOCACIA SALZANO, a fim de garantir um nível adequado de proteção dos Dados Pessoais tratados, por meio de ações de proteção, em alinhamento com a LGPD, com o Estatuto da Advocacia e demais regulamentos que estabeleçam regras sobre o tema, executadas por suas áreas internas.

2.ESCOPO

A Política se aplica a todas as formas de Tratamento de Dados Pessoais na ADVOCACIA SALZANO relacionadas às suas atividades, incluindo, mas não limitadas:

- Contratação de profissionais para compor o seu quadro de Colaboradores da ADVOCACIA SALZANO;
- Contratação de fornecedores de serviços e de materiais;
- Contratação de serviços jurídicos junto a clientes;
- Manutenção das condições de segurança e de saúde necessárias ao exercício das suas atividades;
- Desenvolvimento de novas linhas de atuação;
- Relacionamento com outros escritórios de advocacia, com a OAB e outras organizações;
- Relacionamento com todos os órgãos de governo, em todas as suas esferas, sendo da administração pública direta ou indireta, e;
- Seu relacionamento com a comunidade em que está inserida.

A presente Política engloba todos os tipos e as categorias de Dados Pessoais tratados pela ADVOCACIA SALZANO, incluindo Dados Pessoais Sensíveis, coletados de colaboradores; candidatos a vagas ofertadas pela ADVOCACIA SALZANO; fornecedores; clientes; parceiros comerciais; visitantes e quaisquer outras partes relacionadas.

3. DEFINIÇÕES

Para melhor compreensão dos termos utilizados nesta Política, listamos os principais utilizados ao longo do documento e sua respectiva definição:

- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD.
- **Consentimento:** Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

- **Controlador:** pessoa a quem competem a gestão e as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, portanto, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados a ADVOCACIA SALZANO é denominada Controlador.
- **Dados Pessoais:** Envolvem as informações relacionadas à pessoa natural (física) identificada ou identificável.
- **Dados Pessoais Sensíveis:** São os dados pessoais que se referem à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- **Encarregado:** Pessoa física ou jurídica indicada pelo escritório, que atua como canal de comunicação entre o controlador e os titulares e a autoridade nacional. Também conhecido como DPO (Data Protection Officer).
- **Lei 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”):** Lei que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (física).
- **Operador:** Pessoa natural ou jurídica, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador.
- **Titular:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais a serem tratados nas bases de dados.
- **Tratamento de Dados:** Qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta (captura), produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

4. COLETA DOS DADOS

Os dados pessoais podem ser coletados diretamente com o Titular dos Dados, podem ser obtidos com alguém relacionado ao Titular do Dado (por exemplo, familiares) ou podem ser acessados a partir de fontes publicamente acessíveis. Independentemente da origem do dado, o tratamento será regido por esta Política de Privacidade, dentro das bases legais previstas na legislação vigente, observando, ainda, os princípios da adequação, necessidade e finalidade.

5. MEDIDAS DE GOVERNANÇA E SEGURANÇA

Para manutenção da segurança e inviolabilidade dos dados pessoais, o escritório utiliza-se de ferramentas físicas, eletrônicas e gerenciais orientadas para a proteção dos dados pessoais.

Ferramentas que levam em consideração a natureza dos dados pessoais coletados, o contexto e a finalidade do tratamento e os riscos que eventuais violações gerariam para os direitos e liberdades do titular dos dados coletados e tratados.

Entre as medidas adotadas, destacam-se:

- Acesso restrito aos dados pessoais por apenas pessoas autorizadas, após firmarem o compromisso de confidencialidade
- Armazenamento dos dados pessoais em ambiente seguro e idôneo.

6.PRINCÍPIOS PARA O TRATAMENTO DOS DADOS

O Tratamento de Dados Pessoais sob responsabilidade da ADVOCACIA SALZANO deverá ser realizado de acordo com as leis aplicáveis, bem como com a presente Política, observando os seguintes princípios:

- **Finalidade:** deixar evidente e de forma bastante clara o motivo pelo qual os dados pessoais serão utilizados, informando isso detalhadamente ao titular.
- **Adequação:** compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, ou consentidas por este, evidenciando que o tratamento se adequa à finalidade;
- **Necessidade:** limitar o tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, ou seja, utilizar o mínimo possível de dados pessoais para se atingir a finalidade desejada do tratamento do dado;
- **Livre acesso e transparência:** disponibilizar processo para acesso fácil e gratuito ao titular do dado para que este possa consultar seus dados pessoais mantidos pelo escritório, garantindo o acesso a informações claras, precisas e ao processo do tratamento dos dados pessoais;
- **Qualidade dos dados pessoais:** disponibilizar processo que garanta a exatidão, clareza, relevância e atualização desses dados pessoais, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;
- **Segurança e Prevenção:** definir e adotar as medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão e para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento do dado;
- **Não discriminação:** atentar para que a finalidade nunca seja utilizada para fins discriminatórios ou abusivos;
- **Responsabilização e prestação de contas:** elaborar relatório, sempre que solicitado, que permita demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das regulamentações desta política e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

7. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Nos limites permitidos pela legislação aplicável, a ADVOCACIA SALZANO poderá tratar os dados pessoais descritos abaixo, incluindo, mas não limitadas:

- **Identificação, qualificação e contato:** nome completo; endereço; data de nascimento; nacionalidade; dados de documento(s) de identificação (tais como RG, CPF, CNH, OAB, conforme aplicável), endereço de e-mail; número do telefone;
- **Acadêmicos e profissionais:** empresa que trabalha; profissão; cargo; escolaridade.
- **Saúde:** relatórios e laudos médicos.
- **Financeiros:** bancários, remuneração; histórico de transações; créditos; vendas; posses; certidão de débitos; empréstimos;
- **Familiar:** estrutura familiar; relacionamentos;

8. FINALIDADE E BASES LEGAIS DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

8.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

Consiste na atividade principal do escritório, que é o atendimento às demandas jurídicas dos seus clientes, desde o início até o final do vínculo da prestação de serviços.

A quem se aplica?	Quais dados são utilizados para essa finalidade?	Qual é a base legal aplicada a essa finalidade?
CLIENTES	Dados cadastrais: CPF, RG, nome, naturalidade, nome dos pais, nome do cônjuge, endereço, telefone, e-mail.	Execução de contrato de prestação de serviços jurídicos (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018).
	Dados não cadastrais específicos, necessários à prestação dos serviços jurídicos, podendo ser dados pessoais gerais, ou, esporadicamente, dados sensíveis, como dados de saúde, apontados em documentos médicos e origem racial ou étnica, apontados em documento pessoal.	Execução de contrato de prestação de serviços jurídicos (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018); ou Exercício regular de direitos, inclusive, em contratos e em benefício do próprio titular (Art. 11, II, d, da Lei nº 13.709/2018).

8.2. EXECUÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Consiste na aquisição, pelo escritório, dos serviços daqueles colabores que sejam formalmente seus empregados, trabalhando com carteira de trabalho assinada.

A quem se aplica?	Quais dados são utilizados para essa finalidade?	Qual é a base legal aplicada a essa finalidade?
-------------------	--	---

EMPREGADOS	Dados cadastrais: nome, CPF, RG, número da CTPS, nome dos pais, endereço, e número de telefone.	Execução do contrato de trabalho (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018).
	Dados gerais como conta bancária e alguns dados sensíveis, como origem étnica e racial identificada em documento pessoal e atestados, relatórios médicos e afastamentos concedidos pelo INSS.	Execução do contrato de trabalho (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018); ou Exercício regular de direitos, inclusive, em contratos (Art. 11, II, d), da Lei nº 13.709/2018).
	Demais dados necessários à realização do trabalho dentro do escritório, gerados pela própria instituição, como e-mail institucional.	Execução do contrato de trabalho (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018).

8.3. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO LEGAL

Certos dados coletados pelo escritório e por ele utilizados recebem esse tratamento por causa de obrigação legal incidente sobre a instituição, não possuindo relação direta com as suas atividades comerciais.

A quem se aplica?	Quais dados são utilizados para essa finalidade?	Qual é a base legal aplicada a essa finalidade?
EMPREGADOS	Exames médicos admissionais e demissionais para comprovar estado de saúde.	Cumprimento de obrigação legal do Art. 168, da CLT. (Art. 11, II, a), da Lei nº 13.709/2018).

8.4. EXECUÇÃO DE CONTRATO DE ESTÁGIO

Por contar com estagiários em sua estrutura, tendo, com eles, contrato de estágio firmado, a fim de contribuir com a formação acadêmica dos estudantes e, de forma associada, receber o auxílio deles no atendimento às demandas dos clientes, o escritório trata dados pessoais dos seus estagiários.

A quem se aplica?	Quais dados são utilizados para essa finalidade?	Qual é a base legal aplicada a essa finalidade?
ESTAGIÁRIOS	Dados cadastrais: CPF, RG, nome, nome dos pais, endereço, telefone.	Execução do contrato de estágio (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018);
	Demais dados necessários à realização do trabalho dentro do escritório, gerados pela própria instituição, como e-mail institucional.	Execução do contrato de estágio (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018).
	Dados gerais como conta bancária e alguns dados sensíveis, como origem étnica e racial identificada em documento pessoal.	Execução do contrato de estágio (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018); ou Exercício regular de direitos, inclusive, em contratos (Art. 11, II, d), da Lei nº 13.709/2018).

8.5. EXECUÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ADVOGADOS ASSOCIADOS

Como o escritório conta com advogados associados em sua estrutura, para o atendimento às demandas dos seus clientes, são tratados dados pessoais desses associados, pela instituição.

A quem se aplica?	Quais dados são utilizados para essa finalidade?	Qual é a base legal aplicada a essa finalidade?
ADVOGADOS ASSOCIADOS	Dados cadastrais: nome, CPF, RG, número da OAB, nome dos pais, endereço e número de telefone.	Execução do contrato prestação de serviços como associado. (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018).
	Demais dados necessários à realização do trabalho dentro do escritório, gerados pela própria instituição, como <i>e-mail</i> institucional.	Execução do contrato prestação de serviços como associado. (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018).
	Dados gerais como conta bancária e alguns dados sensíveis, como origem étnica e racial identificada em documento pessoal.	Execução do contrato prestação de serviços como associado. (Art. 7º, V, da Lei nº 13.709/2018).

9. COLETA DE DADOS DENTRO DO WEBSITE

9.1. COLETA DE DADOS NOS FORMULÁRIOS

O site do escritório possui formulários de contato que coletam dados sensíveis, esses dados são enviados através do protocolo HTTP para o servidor que, por sua vez, os envia através de email para o responsável de cada setor especializado.

9.2. COOKIES

O site do escritório utiliza cookies para assegurar a melhor experiência de utilização possível ao usuário, a cada vez que ele acessa o portal. Os cookies são pequenos arquivos eletrônicos armazenados no dispositivo do usuário, que permitem à plataforma distinguir o visitante em um novo acesso e manter as suas preferências ao longo da respectiva sessão. Ressalta-se que a cada acesso ao site, aparecerá na tela do usuário a informação sobre os cookies utilizados.

A quem se aplica?	Quais dados são utilizados para essa finalidade?	Qual é a base legal aplicada a essa finalidade?
VISITANTES DO SITE DO ESCRITÓRIO	Métricas da web como IP, geolocalização, tempo gasto em cada página, movimento do mouse, páginas acessadas. Nenhuma informação sensível é coletada fora de formulários específicos para este fim.	Legítimo interesse do escritório, em melhorar a experiência de acesso do visitante (Art. 7º, IX, da Lei nº 13.709/2018).

9.2.1. COOKIES RELACIONADOS A PESQUISAS

Periodicamente, oferecemos pesquisas e questionários para fornecer informações interessantes, ferramentas úteis ou para entender nossa base de usuários com mais precisão. Essas pesquisas podem usar cookies para lembrar quem já participou numa pesquisa ou para fornecer resultados precisos após a alteração das páginas.

9.2.2. COOKIES RELACIONADOS A FORMULÁRIOS

Quando você envia dados por meio de um formulário como os encontrados nas páginas de contato ou nos formulários de comentários, os cookies podem ser configurados para lembrar os detalhes do usuário para correspondência futura.

9.2.3. COOKIES DE PREFERÊNCIAS DO SITE

Para proporcionar uma ótima experiência neste site, fornecemos a funcionalidade para definir suas preferências de como esse site é executado quando você o usa. Para lembrar suas preferências, precisamos definir cookies para que essas informações possam ser chamadas sempre que você interagir com uma página que for afetada por suas preferências.

9.2.4. COOKIES DE TERCEIROS

Em alguns casos especiais, também usamos cookies fornecidos por terceiros confiáveis. A seção a seguir detalha quais cookies de terceiros você pode encontrar através deste site.

Este site usa o Google Analytics, que é uma das soluções de análise mais difundidas e confiáveis da Web, para nos ajudar a entender como você usa o site e como podemos melhorar sua experiência. Esses cookies podem rastrear itens como quanto tempo você gasta no site e as páginas visitadas, para que possamos continuar produzindo conteúdo atraente.

Para mais informações sobre cookies do Google Analytics, consulte a página oficial do Google Analytics.

As análises de terceiros são usadas para rastrear e medir o uso deste site, para que possamos continuar produzindo conteúdo atrativo. Esses cookies podem rastrear itens como o tempo que você passa no site ou as páginas visitadas, o que nos ajuda a entender como podemos melhorar o site para você.

Periodicamente, testamos novos recursos e fazemos alterações sutis na maneira como o site se apresenta. Quando ainda estamos testando novos recursos, esses cookies podem ser usados para garantir que você receba uma experiência consistente enquanto estiver no site, enquanto entendemos quais otimizações os nossos usuários mais apreciam.

À medida que vendemos produtos, é importante entendermos as estatísticas sobre quantos visitantes de nosso site realmente compram e, portanto, esse é o tipo de dados que esses cookies rastrearão. Isso é importante para você, pois significa que podemos fazer previsões de negócios com precisão que nos permitem analisar nossos custos de publicidade e produtos para garantir o melhor preço possível.

10. COMPARTILHAMENTO DE DADOS COM TERCEIROS

O escritório compartilha dados com algumas instituições terceiras, todas elas nacionais, com o propósito de viabilizar sua atividade comercial, otimizá-la e cumprir determinações legais, proporcionando melhores resultados aos seus clientes e colaboradores, baseado, sempre, nos princípios da necessidade, da finalidade e da adequação, para a realização de tais compartilhamentos.

- Exemplos: Empresa fornecedora de banco de dados e sistema de gestão do escritório; Seguradora; Ministério do Trabalho; Bancos; Servidores de e-mail; Escritório de contabilidade; Tribunais, entes federativos, autarquias e autoridades públicas administrativas, como a Receita Federal do Brasil, Fazendas Estaduais, Cartórios, Juntas Comerciais, dentre outros.

11. TEMPO DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS

Todos os dados dos titulares são tratados pelo escritório até o final do vínculo jurídico do respectivo titular com a instituição, a partir de quando os dados são destruídos, à exceção dos seguintes prazos de armazenamento, para dados específicos:

- **Dados dos empregados:** 2 (dois) anos após o término da vigência do contrato de trabalho, correspondente ao prazo prescricional trabalhista, previsto no Art. 11, da CLT
- **Dados dos clientes:** 10 (dez) anos após o término da prestação dos serviços jurídicos específicos contratados, correspondente ao prazo máximo da prescrição civil, previsto no Art. 205, do Código Civil.
- **Dados de candidatos a vagas de emprego na Advocacia Salzano (curriculum):** 2 (dois) anos após coleta, nos termos do expresso consentimento.

Findado o período de armazenamento dos dados pessoais, estes serão excluídos de nossas bases de dados ou anonimizados, ressalvadas as hipóteses imprescindíveis para o cumprimento de determinações legais, judiciais e administrativas e/ou para o exercício do direito de defesa em processos judiciais e administrativos, legalmente previstas no artigo 16, da Lei Geral de Proteção de Dados:

I – Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

12. DIREITOS DOS TITULARES

Colaboradores, clientes ou eventuais terceiros interessados, na medida e no limite de sua interação com o escritório, têm os seguintes direitos quanto aos seus dados pessoais:

- **Acesso e portabilidade:** todos têm o direito de saber quais dados pessoais o escritório coleta sobre si mesmos. Assim, podem obter uma cópia dos dados pessoais que forneceram ou, nos casos previstos em lei e de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, pedir que sejam enviados seus dados pessoais a terceiros.

- **Explicação:** o escritório pode explicar a qualquer titular, a qualquer tempo, para que utiliza todos os seus dados pessoais, caso tais titulares não entendam ou não achem suficiente as explicações expressas nesta Declaração.
- **Correção dos dados:** todos os titulares podem atualizar e corrigir seus dados pessoais tratados pelo escritório, a partir de simples notificação, sempre que eles estiverem incorretos ou desatualizados.
- **Exclusão e anonimização:** todos os titulares têm o direito à anonimização, bloqueio ou eliminação de eventuais dados desnecessários ou excessivos que possam vir a ser mantidos pelo escritório sobre eles. O escritório não pode, entretanto, restaurar tais informações depois que elas forem excluídas. A exclusão de dados pessoais do titular é sempre analisada, já que podem ocorrer casos em que:
 - (i) exista alguma legislação vigente que impeça a exclusão,
 - (ii) esse dado pessoal seja necessário para o funcionamento do produto/serviço ofertado pelo escritório, para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato, e;
 - (iii) o dado pode ser necessário para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral pelo escritório.
- **Retirada do consentimento:** todos os titulares podem retirar o consentimento que tenham dado anteriormente para o processamento de seus dados pessoais.

É importante destacar que a revogação do consentimento para o tratamento dos dados pode implicar a impossibilidade adequada da prestação dos serviços contratados.

13. ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO)

Para fins de estabelecer a comunicação entre o controlador, titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), indica-se como encarregado de proteção de dados (DPO) o advogado Raphael Jorge Almeida, e-mail dpo@salzanoadv.com.br.

Qualquer reclamação ou comunicação dos Titulares de Dados e/ou ANPD deverá ser dirigida ao DPO acima identificado. O Encarregado se encontra devidamente autorizado pela ADVOCACIA SALZANO para prestar esclarecimentos e/ou adotar providências referentes ao tratamento de dados pessoais pelo escritório.

14. ATUALIZAÇÕES DA POLÍTICA

A ADVOCACIA SALZANO se reserva o direito de mudar o conteúdo deste documento no momento que julgar necessário, garantindo a divulgação das alterações no momento em que estas ocorrerem, mediante prévia comunicação através do website www.salzano.com.br.